

O mesmo ciclo uma nova história

O quartel de século compreendido entre os anos de 1948 e 1973, caracterizado por um crescimento econômico sem precedentes, enquadra-se formalmente na série de flutuações econômicas conhecidas como ciclos longos ou Ciclos de Kondratieff na sistemática proposta por Schumpeter. Corresponde à fase "a" do 4º Kondratieff. O ano de 1973 situa-se a 52 anos do início da fase "b" do 3º Kondratieff (1921) e a exatamente um século do início da mesma fase do 2º Kondratieff (1873). Até aí, nenhuma surpresa. Nem deixa de ser notável que duas guerras mundiais, o advento do planejamento socialista, duas revoluções científico-técnicas não tenham prevalecido contra a dinâmica há muito reconhecida pelo pensamento econômico universal.

O mesmo não se pode dizer dos ciclos médios — os "ciclos de Juglar" ou, simplesmente, ciclos —, pelo menos no que toca aos países mais desenvolvidos, componentes do chamado Centro Dinâmico da economia mundial. A elegante simetria dos movimentos estudados como Ciclos de Juglar, no século XIX, parece haver cessado. Outras flutuações se fazem presentes, com menor regularidade e menor universalidade. — Dar-se-ia que os Ciclos de Juglar sejam peculiares à fase de implantação do capitalismo industrial? Que seu império cesse, uma vez alcançado o estágio do capitalismo financeiro? — Fique aqui registrada esta hipótese de trabalho.

A observação da economia brasileira, durante as fases "b" do 3º Kondratieff e "a" do 4º (1921-1973), correspondentes ao processo de implantação do capitalismo industrial em nosso país, seria uma contraprova para essa hipótese, porque os Ciclos de Juglar, desaparecidos dos países componentes do Centro Dinâmico, ressurgiram aqui, com desconcertante regularidade, verificável principalmente se não nos limitamos à observação dos indicadores propriamente econômicos, isto é, se atentamos também para o que se passa nos outros campos sociológicos — jurídico, político e outros.

Com efeito, desde os anos 20, grosso modo, o primeiro lustro de cada decênio tem sido economicamente depressivo e político e socialmente tumultuoso, ao passo que é nos lustros finais que se situam os "milagres econômicos" — toda uma série deles e os períodos sócio-politicamente estáveis.

A Etiologia dos

Juglarianos brasileiros

A causação dessas flutuações, isto é, dos ciclos médios, na classificação schumpeteriana e que proponho que batizemos como juglarianos brasileiros, é fácil de determinar. Havendo nossa industrialização começado como um esforço de substituição de importações, seguiu a ordem do aparecimento dos produtos — bens e serviços — na pauta de importações: primeiro os produtos de consumo, com a indústria leve à frente, e, depois, de grau após de grau,

descendo a escada, rumo a indústria pesada e os serviços básicos de utilidade pública. Na sistemática do planejamento socialista, primeiro os setores do Departamento II e, depois, os do Departamento I. Uma ordem inversa, portanto.

Assim, a fase "a" — ou ascendente — de cada ciclo médio é precedida e preparada por mudanças institucionais que privilegiam um grupo de atividades (um "setor"), antes subdesenvolvidas. A elevação conseguida do esforço de formação de capital nas indústrias privilegiadas dinamiza a economia como um todo, mas, ao cabo de algum tempo (aproximadamente um lustro), ditas atividades desenvolvem-se além do que o mercado comporta, passando a compor uma "área de ociosidade", vale dizer, um complexo de empresas sobrecarregadas de capacidade excedente e ociosa. Com isso abre-se a segunda fase — "b", ou recessiva — do ciclo médio.

Até aqui, simultaneamente com a formação, no corpo da economia, das "áreas de ociosidade", têm-se constituído "áreas de pontos de estrangulamento", isto é, surge um "setor" que, por não ter sido privilegiado, não se desenvolveu ainda. A crise sócio-política, conseqüente da recessão, deverá criar condições privilegiadas de um grupo de atividades integrantes desse setor, preparando novo movimento ascendente da economia, isto é, a fase "a" do novo ciclo juglariano.

Foi por esse movimento, a que venho chamando de "dialética da capacidade ociosa", que a economia brasileira se tem vindo desenvolvendo a ritmos acelerados, sem paralelo fora do campo socialista da economia mundial. Com efeito, nos 40 anos compreendidos entre o II pré-guerra (1938) e os últimos lampejos do desenvolvimento pós-belíco (1978), segundo os anuários estatísticos das Nações Unidas, a produção industrial brasileira cresceu cerca de 20 vezes, para um crescimento médio do mundo capitalista da ordem de 6 a 7 vezes.

Entretanto, de "setor" em "setor", o parque industrial se tem vindo integrando, aproximando o fim do processo conhecido como "industrialização" ou implantação do capitalismo industrial. O presente ciclo, que, em sua fase "b" está revelando capacidade ociosa no Departamento I (indústria pesada) e pontos de estrangulamento na área dos grandes serviços de utilidade pública, encerra visivelmente uma etapa do nosso desenvolvimento. Com efeito, as mudanças institucionais implícitas na superação da presente crise importam no início da implantação do capitalismo financeiro.

Ao contrário dos ciclos médios que, pelo menos em nossos dias podem ser estudados como fenômenos nacionais — isto é, de nações chegadas, como o Brasil, a certo estágio do seu desenvolvimento, o estágio da implantação do capitalismo industrial — os ciclos de Kondratieff interessam obviamente a

economia mundial como um todo, sem excluir a economia socialista.

Com efeito, desde o evento do capitalismo, a economia mundial pôde ser estudada como um sistema único, que comporta um "centro" — o Centro Dinâmico — e uma vasta periferia que, paulatinamente, passou a abarcar toda o planeta e no qual nosso país ocupa posição conspícua. O Centro Dinâmico é a parte mais desenvolvida do sistema mundial, à qual compete a decisiva função de sintetizar e introduzir nova tecnologia, através de sucessivas revoluções técnico-científicas. Os países que compõem esse Centro não são obrigatoriamente os mesmos, inclusive em razão da Lei do Desenvolvimento Desigual do capitalismo, mas, ao longo da série de ciclos longos estudados, sempre houve um "centro" e sempre houve uma "periferia".

A certo ponto do desenvolvimento da economia centrada, em razão mesmo do alto grau de concentração da renda que, em maior ou menor medida caracteriza as economias capitalistas, o parque produtivo tende a engendrar uma capacidade de oferta excessiva para a demanda efetiva concomitantemente criada. Nessas condições, o esforço de formação de capital tende a esmorecer. Com efeito, uma vez posta em evidência generalizada margem de capacidade ociosa, a implantação de novas capacidades produtivas somente se justifica à vista do desgaste físico e da obsolescência das capacidades antes criadas e, como é natural, isto torna tempo. Noutros termos, no próprio momento em que a capacidade instalada se revela excessiva para a demanda efetiva, eis que esta, como função que é do esforço de formação de capital, entra em declínio, até que, pelo efeito conjugado do desgaste físico e da obsolescência do capital já criado, retome-se o esforço de formação de capital e com ele, ressurgirá a demanda global.

Esse movimento propaga-se ao sistema econômico como um todo, mas é nos países do Centro Dinâmico que se origina. Entrando em contração a demanda global, contraí-se, também a demanda específica dos produtos supridos pelos países periféricos, com efeitos depressivos sobre o quantum e sobre os preços desses produtos. Cada país periférico reagirá a esse movimento do Centro, segundo suas próprias condições, isto é, o nível de suas forças produtivas e o grau de desenvolvimento de suas relações de produção. Uma forma qualquer de substituição de importações, isto é, de diversificação da produção interna, deve ser posta em marcha.

O Brasil é um campo ideal para o estudo desse processo. Primeiro (fase "b" do 1º Kondratieff) as fazendas de escravos diversificaram sua produção, reorientando para a produção para o consumo interno, parte dos recursos antes destinados à produção de exportações. Depois (fase "b" do 2º Kondratieff) reorientando, sob o comando do capital mercantil criado no ciclo an-

terior, para a produção artesanal de produtos antes importados. Finalmente (fase "b" do 3º Kondratieff) buscando o mesmo efeito através de uma produção "industrial" ou capitalista desenvolvida, substitutiva de importações.

Dualidade e ciclo longo

Em suma, como a conspícua formação periférica que é, o Brasil não pode deixar de reagir aos movimentos do Centro Dinâmico estudados como ciclos longos ou de Kondratieff. E o faz, como é natural, segundo o estágio de desenvolvimento de suas forças produtivas e relações de produção. Estas, por sua vez, são modificadas de modo a viabilizar o indispensável esforço de substituição de importações. Assim:

a) a fase "b" do 1º Kondratieff deu-nos a 1ª Dualidade, isto é, com a Independência, um regime caracterizado pela aliança de duas classes dirigentes: 1) a classe dos senhores de escravos, já estruturada e provada, em posição hegemônica, e 2) a nascente classe da burguesia mercantil, surgida com a abertura dos Portos;

b) a fase "b" do 2º Kondratieff deu-nos a 2ª Dualidade, isto é, com a Abolição-República, um regime no qual a burguesia comerciante, já então provada e estruturada assumiu o comando, em aliança com o latifúndio semifeudal, surgido como dissidência da antiga classe hegemônica, os senhores de escravos;

c) a fase "b" do 3º Kondratieff deu-nos a 3ª Dualidade, isto é, um regime caracterizado pela aliança do latifúndio semifeudal, chegado a sua maturidade, com a novel burguesia industrial, nascida como dissidência da antiga classe hegemônica, a burguesia comerciante, entrada em declínio. A Revolução de 30 foi o ato homologatório dessa mudança.

Com a fase "b" do 4º Kondratieff, aberta com a crise de 1973-75, o Brasil prepara-se para sua 4ª Dualidade. Segundo a ordem observada das coisas, em transições semelhantes, a hegemonia, deverá escapar das mãos do latifúndio feudal para as da burguesia industrial, já amadurecida para isso, e em aliança com o nascente latifúndio capitalista, surgido como dissidência do velho latifúndio feudal. Como das vezes anteriores, todas as classes sociais terão um papel a desempenhar nessa transição, mas não creio que o desfecho possa ser outro, senão o indicado.

Relações da Produção e ciclo longo

O advento da fase "b" do 3º Kondratieff Dinâmico mundial, da Europa Ocidental para Estados Unidos. Do nosso ponto de vista, este fato distava muito de ser irrelevante, como ao tempo se pensou. Com efeito, como formação periférica que era e continuava a ser, o Brasil, embora mudando o centro em torno do qual gravitava, continuava a gravitar. A troca de centro, de um

país de capitalismo financeiro, por outro de capitalismo igualmente financeiro, era, não obstante, da maior relevância, visto como abria-se a possibilidade de um enérgico desenvolvimento do capitalismo industrial nacional.

Para isso faziam falta certas condições internas que, pela primeira vez, se reuniram no Brasil e não em todos os países periféricos. Mas não apenas isso. Para surpreender o significado da mudança de centro, devemos constatar que, embora todo capitalismo financeiro resulte da fusão do capitalismo industrial com o bancário, a princípio o banco (finança, no sentido estrito) comporta-se como mero instrumento do outro sócio — e o capitalismo inglês (e europeu) não havia superado ainda esse estágio, ao sobrevir a fase "b" do 3º Kondratiev. Não era esse o caso dos Estados Unidos, onde o sócio hegemônico, pelo menos desde a I Guerra Mundial, já era a finança. Ora, podia acontecer — e aconteceu conosco — que a finança cêntrica tomasse interesse em suscitar, fora do país metropolitano, um capitalismo industrial que expulsasse, do país periférico, o capitalismo industrial cêntrico.

Entretanto, esse capitalismo industrial periférico, surgido no Brasil com a assistência do capitalismo financeiro norte-americano, a princípio e, no II pós-guerra, também europeu e japonês, a certa altura do seu desenvolvimento, tendia a criar, para seu próprio uso, um aparelho de intermediação financeira, a exemplo do que, em fins do século XIX, acontecera na Europa Ocidental. O advento, nas condições de fase "b" do 4º Kondratiev, da 4ª Dualidade brasileira está tendo essa peculiaridade de suscitar o nascimento do capitalismo financeiro brasileiro.

Por outro lado, a fase "b" do 4º Ciclo Longo parece estar conduzindo a novo deslocamento do Centro Dinâmico mundial. Com efeito, nas condições da recessão mundial manifestou-se generalizado ressurgimento do protecionismo isolacionista. Ora, para certos países, dotados de vasto mercado interno e de rica constelação de recursos naturais — como é o caso, especialmente, dos Estados Unidos — esse isolamento pode ser eficaz no combate a certas manifestações da recessão econômica. Não, porém, para todos os países, visto como numerosos dentre estes não podem prescindir do acesso a complementos a sua própria constelação de recursos e ao próprio mercado interno.

Assim, a presença de uma economia socialista, capaz de engendrar vigorosa demanda efetiva, mesmo nas condições da recessão mundial, configurando a possibilidade de expansão continuada do comércio exterior, não poderia passar sem consequências. Trata-se, obviamente, de um comércio exterior de novo tipo — comércio planejado e, necessariamente, de Estado — mas comércio exterior, em todo o caso. Em sua fase inicial seria forçosamente bilateral mas, desde o princípio, tenderá francamente para o planejamento.

Em resumo, o advento da 4ª Dualidade prenuncia-se como marcado por duas tendências contraditórias: a privatização de importantes segmentos do setor público, dos quadros do desenvolvimento do capitalismo financeiro nacional, e a franca estatização de crescentes segmentos do comércio exterior. Mais uma vez, no processo de superação da crise, áreas do setor público se privatizam, e áreas do setor privado se estatizam.

CASTRO

Velhos conflitos, novos argumentos

Ao longo dos anos 50, foi travada uma famosa batalha entre o FMI e os chamados estruturalistas latino-americanos.

A disputa tinha como um de seus pontos centrais os desequilíbrios de Balanço de Pagamentos verificados em diversos países deste continente. A este respeito, bem como em outros planos, as duas correntes discrepavam profundamente, tanto no que toca às causas do problema, quanto no que concerne aos seu tratamento.

Para o FMI, os problemas de Balanço de Pagamentos seriam explicados (exceto à parte) por desvios e excessos cometidos pelo próprio País ou, mais precisamente, pelos responsáveis pela sua política econômica. Coerente com este princípio, o Fundo se dispunha a prestar o seu auxílio, desde que o País se comprometesse a introduzir e sustentar medidas destinadas a retificar o seu comportamento e permitir que o Balanço de Pagamentos recuperasse uma situação "viável".

Caracteristicamente, o principal desvio detectado pelo FMI consistia no excesso de demanda global. O destaque atribuído a este fenômeno permitia aos adeptos da linha do Fundo, verificar a luta contra o desequilíbrio das contas externas e o combate à inflação. Em outras palavras, os chamados desequilíbrios externos e interno seriam provocados por uma mesma causa — o que simplificava enormemente o diagnóstico, bem como a terapia propostos.

Quanto a outras recomendações do Fundo, tais como a desvalorização cambial e a correção (elevação) de preços regulamentados pelos poderes públicos, teriam por função recompor a escala de preços relativos e contribuir (no caso das tarifas públicas) para a redução do déficit fiscal.

Os estruturalistas, cujo quartel-general encontrava-se no CEPAL, partiam da constatação de que as economias subdesenvolvidas se caracterizam por uma determinada forma de inserção no comércio internacional: a exportação de produtos primários e a importação, predominantemente de manufaturas. A partir desta peculiar posição, ficariam os países subdesenvolvidos expostos à ação de certas tendências marcadamente adversas, observadas no comércio internacional. Destas, a mais notória seria a tendência ao declínio dos preços relativos dos produtos primários. O agravamento deste fenômeno, particularmente em fases de descenso cíclico, provocaria situações de verdadeiro "estrangulamento externo" nas economias subdesenvolvidas.

Inferia-se do diagnóstico estruturalista que as crises do Balanço de Pagamentos das nações subdesenvol-

vidas não necessariamente resultam de medidas e decisões ali tomadas. E, além disto, que a efetiva superação de seus problemas de Balanço de Pagamentos supõe transformações de fundo que, para os estruturalistas dos anos 50, podiam ser resumidas num grande objetivo: a industrialização.

A base estruturalista, que conquistou de imediato muitos adeptos na América Latina, enfrentou, desde o seu surgimento, intenso fogo da crítica ortodoxa. Os autores filiados a esta última corrente procuravam, antes de mais nada, questionar a existência de uma tendência secular à deterioração dos termos de intercâmbio. A partir da (suposta) negação desta tendência, desapareceria o caráter sistêmico do desequilíbrio externo ocorrido entre nações subdesenvolvidas; restaria pois explicá-lo, pelos desvios e desarranjos localmente verificados.

Além disto, insistiam os ortodoxos em que os seus adversários não tinham uma política de curto prazo a propor. Entenda-se: para o FMI, o GATT e outros guardiões das "regras do jogo" liberal, o controle das importações, as taxas múltiplas de câmbio, em num outro plano, a implantação de atividades mediante investimentos públicos não passa de expediente ad hoc, excrecências no mundo re-liberalizado do pós-guerra.

Os Países Latino-Americanos

E dentre eles, destacadamente o Brasil — encontram-se, nos anos 80, de volta a uma situação de flagrante estrangulamento externo. No que segue, resumimos algumas observações acerca da atividade brasileira, pensadas por contraste com a situação — e os argumentos — dos anos 50.

O confronto entre os dois períodos oferece, de saída, uma surpresa: no presente são os porta-vozes do conservadorismo e da ortodoxia que vêm insistindo na determinação exógena da crise, enquanto os seus adversários tratam de sublinhar a responsabilidade interna e de denunciar o "alibi da exogenia". Os papéis encontram-se, pois, trocados; até recentemente, pelo menos.



Os meios conservadores não parecem, contudo, perceber que, se o déficit de contas correntes é exogenamente determinado, torna-se no mínimo simplista, equipará-lo a um "excesso de demanda global". Contrariamente, os desajustes externos dos anos 50 teriam sido produzidos in loco — de acordo com o diagnóstico ortodoxo. Assim sendo, era pelo menos coerente (ainda que a meu juízo equivocado) enfrentá-lo mediante corte de demanda global.

Tendo o que precede em mente, tratemos de adicionar mais uma observação. Existem, presentemente, fartos indícios de que é possível, a curto prazo, ampliar e/ou intensificar o aproveitamento de recursos internamente disponíveis. Pelo menos é isto que vem sustentado por especialistas em energia, bem como órgãos de classe, representantes das indústrias química, farmacêutica, de máquinas e outras. Em tais circunstâncias, parece mais que nunca equivocados reproduzir a receita ortodoxa típica: corte da demanda global. Nem foi o seu "excesso" que determinou a presente situação, e nem tampouco parecem existir sérios percalços a um maior — ainda que transitório — fechamento da economia, mediante exploração da flexibilidade potencial da estrutura produtiva existente. Esta possibilidade praticamente inexista nos anos 50.

Ao que tudo indica, a capacidade de importar do país terá de ser inexoravelmente comprimida, dados o peso da dívida e a retração dos empréstimos externos. Em tais circunstâncias, uma intensa mobilização do potencial inerente à estrutura produtiva que ali está, significaria que a tônica do ajustamento seria a reconversão. Caso contrário, o ajuste terá de ser feito, essencialmente, por contração. Os partidários da reconversão, bem como os da contração, vêm tomando posição desde o anúncio, pelo CMN, da "Programação para 83". Tem início, pois, uma importante luta (surda até o presente momento), que repõe em novos termos uma velha confrontação. As hostes ortodoxas surgem reforçadas — entre outras razões — pelo auge recente da maré conservadora e pelo recrudescimento do monetarismo. Seus adversários potenciais, que não mais têm um grandioso e nítido projeto comum — a industrialização — encontram-se dispersos. Algumas escaramuças vêm, no entanto, sendo travadas, tendo por trincheiras determinados órgãos públicos e algumas entidades de classe. É possível, no entanto, que o aprofundamento da crise, o peso crescente dos problemas sociais e a própria frustração de uma nação sem rumo propiciem a consagração de forças capazes de reconciliar a defesa econômica, com o avanço da sociedade.